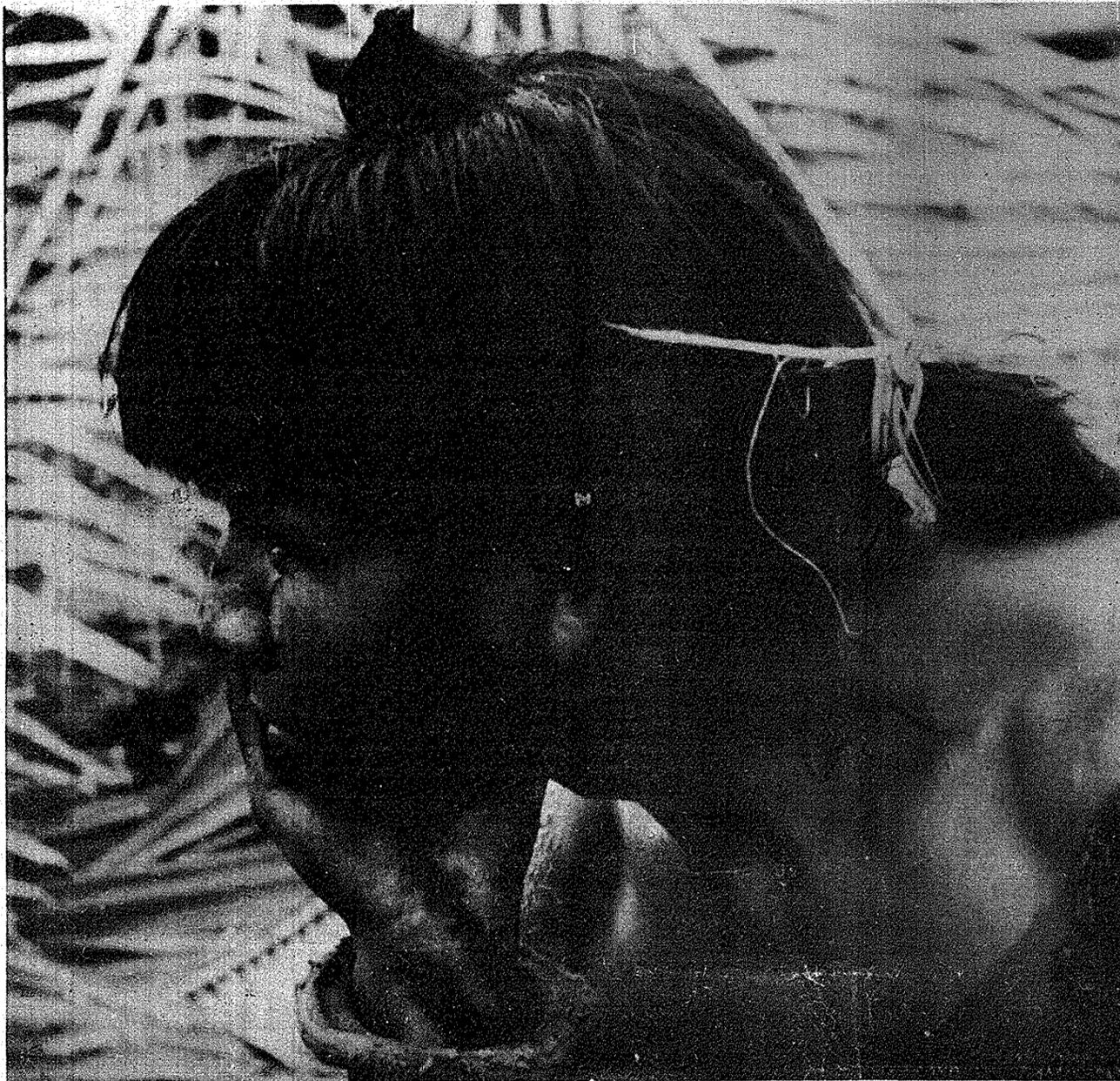


Emancipação, um mal para o índio

Para os antropólogos da Unicamp, a emancipação representa a marginalização e a fome



Antropólogos da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, estão realizando um movimento contra a emancipação do índio, sendo que ainda esta semana, provavelmente será realizada uma reunião para tratar do assunto. Tendo feito pós-graduação em Antropologia Social, Maria Fátima Roberto, uma das participantes do movimento, alega que emancipar os índios significa "mais que franquear as suas terras, pois isto vai ocasionar uma massa de sub-empregados, cujo destino é a fome cada vez maior".

Falando a respeito da situação atual das populações indígenas brasileiras, ela explica que a mesma "pouco difere das primeiras épocas de povoamento, com o agravante de que hoje a população indígena se resume em cerca de 200 mil indivíduos, em oposição a alguns milhões do início da colonização".

Simplex expectador

"Para controlar o triste destino das sociedades tribais", conforme cita Maria Fátima Roberto, o governo brasileiro, através da Fundação Nacional do Índio - Funai, em fins de 1973, aprova o Estatuto do Índio, que segundo ela, "contraditoriamente, ao mesmo tempo que se propõe a respeitar e preservar sua cultura, se propõe a integrá-los progressivamente na sociedade civilizada".

— Porém, essa contradição não existe de fato, mas sim faz parte da coerência dos propósitos do Estado, o qual vem elaborando sua política, paralelamente ao movimento de expansão econômica e territorial, onde mais uma vez o índio se transforma em simples expectador do seu destino.

A Fundação Nacional do Índio - Funai, órgão responsável pelas populações indígenas, criado no final de 1967, após a extinção do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, passou a ser, a partir de 1973, conforme explicação de Maria Fátima, "o principal porta-voz do Ministério do Interior na

questão indígena". Para as populações tribais — continua — está reservado o seu mais rápido extermínio, dentro de uma política desenvolvimentista somente interessante aos grandes latifundiários e grandes empresas do capital financeiro".

Redução

Por esse motivo, segundo ela, a palavra "emancipação" indígena, foi tônica das primeiras declarações do Ministério do Interior e da Funai desde 1975, "época em que o ministro Rangel Reis, deixou claro publicamente a sua idéia de reduzir os 220 mil índios em 20 mil, pela integração em 20 anos". Totalmente sem apelo — ressalta — sendo criticado até mesmo pelos próprios funcionários da Funai, como também por antropólogos e missionários, o ministro foi obrigado a adiar esta questão extremamente polêmica.

Porém, conforme enfatiza, existe uma nova tentativa do Ministério e da Funai, "de uma forma mais agressiva e autoritária para as populações indígenas". Explicando, ela diz que o Estatuto do Índio pode sofrer, nos próximos meses, uma mudança radical. Admitindo que da forma como foi elaborado em 1973, "a emancipação indígena só poderia acontecer se partisse da iniciativa dos próprios indígenas, individual ou coletivamente".

Como desde a sua criação não houve nenhum "pedido de emancipação", pois como acrescenta Maria Fátima, "isso levaria fatalmente à perda de suas terras — seu único bem —, a Funai resolveu se arrogar o direito de emancipá-los à revelia, transformando-os em proprietários individuais de lotes, cuja área não fica especificada".

A minuta do projeto de emancipação, como frisa a antropóloga, "já está em sua fase final de discussão". A esta altura — frisa — serão chamados os antropólogos para opinar, mas para decidir, não!

Brasileiro tem falsas noções sobre os indígenas

Falar da sociedade indígena hoje, no Brasil, "é se enveredar por caminhos praticamente desconhecidos pela maioria da população brasileira, como se esse importante tema fosse propriedade de apenas uma dúzia de intelectuais", afirma a antropóloga Maria Fátima Roberto. Nas escolas — continua — através de livros didáticos, tomamos contato pela primeira vez com falsas e grosseiras noções, concentradas basicamente no caráter e na inaptidão ao trabalho das sociedades tribais.

Segundo ela, esta visão, elaborada pelos colonizadores e missionários europeus, "acaba nos apresentando com o falso conhecimento de uma etapa histórica do Brasil". Desde os primeiros anos da colonização, "o índio brasileiro foi utilizado como mão-de-obra escrava pelo branco colonizador e explorador de nossas riquezas, e embora estigmatizado como incapacitado foi o sustentáculo da economia brasileira, durante o século XVI e começo do XVII, dado o reduzido número de escravos negros que entraram no Brasil, durante o primeiro século da colonização".

No entanto, "a Coroa Portu-

guesa sempre teve uma atitude contraditória em relação à escravidão indígena, pois em última instância era defensora oficial dos interesses dos colonos".

Outro agente

Além da metrópole e dos colonos, Maria Fátima explica que o índio brasileiro conheceu ainda um outro agente da colonização: as missões religiosas, "preocupadas em integrar o índio na nova sociedade, defendendo os interesses da Igreja, que se resumia na formação de novos cristãos".

— Para facilitar a exploração da mão-de-obra indígena, eram empreendidas bandeiras de aprisionamento, que consistiam em ataques às aldeias e em casos de resistência os homens eram mortos, enquanto as mulheres e as crianças escravizadas. Uma vez cativos, eram repartidos entre os componentes da expedição e depois comercializados nos arraiais ao longo do caminho.

Utilizado na extração dos produtos da floresta, dos serviços caseiros, no trabalho agrícola e outros, coube ao índio "servir e ter uma atitude passiva diante dos agressores desconhecidos, sendo que os que ousavam se defender eram exterminados"

Por outro lado, se configurava a atuação dos missionários, que segundo Maria Fátima, "atraíram várias tribos, com o intuito de ensinar o catecismo, os rituais da Igreja Católica e os costumes dos europeus".

Com essas atividades, a antropóloga afirma que os missionários objetivavam "o término da religião nativa e a imposição de uma nova organização familiar, além do estabelecimento da noção de propriedade privada, o que, por sua vez, caracteriza um outro tipo sutil de extermínio: o da organização social".

Aldeamentos indígenas

Em recurso largamente utilizado tanto pelos missionários quanto pela Coroa, foi, conforme acrescenta Maria Fátima, "a criação de aldeamentos indígenas, que consistiam em núcleos para os quais os índios eram atraídos ou levados à força". Nesses aldeamentos — explica — a maior dificuldade era a de manter a paz entre aqueles homens acostumados à liberdade ali limitada, e mesmo entre índios de tribos inimigas, obrigados à convivência de um momento para o outro. Havia fortes medidas de repressão aos transgressores das normas estipuladas pelos governadores civis

da aldeia, onde a prisão e a morte os esperava.

— Com o progressivo extermínio dos indígenas nesses aldeamentos, com a aproximação dos colonos e com a miscigenação, os aldeamentos se transformaram em núcleos de formação de algumas cidades brasileiras.

Política indigenista

Deixando de lado as leis promulgadas pela Corte — que se tornavam sem efeito, por jamais terem sido cumpridas — o índio brasileiro, sofreu pela primeira vez, conforme afirma a antropóloga, "as consequências de uma política indigenista, no período de atuação do Marquês de Pombal, a partir de 1750".

— Uma das primeiras atitudes tomadas pelo Marquês, foi a expulsão dos jesuítas no Brasil, sendo que alguns historiadores centram o motivo da cobiça de Pombal pelos bens da Companhia de Jesus. Com o afastamento desses missionários, os índios ficaram mais expostos à exploração de sua mão-de-obra, o que de certa forma os jesuítas não permitiam, pois os segregavam da população.

Em sua política, Pombal tentou introduzir nos aldeamentos, como assinala Maria Fátima, "um novo coordenador que

teria como principal obrigação a civilização dos índios", isto com a introdução do idioma português, pois os missionários "utilizavam a língua geral, extraída do tupi".

— Efetivamente, a situação do indígena, em pouco ou em nada tinha se modificado, pois novas leis surgiam defendendo sua extinção, baseadas na forte concepção de sua inferioridade racial, considerava-se um desperdício de dinheiro para a nação, a preocupação com a "raça inferior". Por sua vez, a política pombalina objetivava a trans formação do índio numa espécie decabloclo, de trabalhador rural pobre, pronto a vender sua mão-de-obra como única forma de sobrevivência.

Continuando, Maria Fátima afirma que durante o século XX, os índios continuaram a sofrer constantes ataques de extermínio e também as consequências da política contraditória governamental". Com a expansão cada vez maior dos "civilizados" pelo interior do país, as populações indígenas são progressivamente, conforme assinala a antropóloga, "encurraladas numa fração de suas antigas terras".

Política do século XX

Falando a respeito da política indigenista do século XX Maria Fátima Roberto ressalta que no início do século, a figura de Cândido Mariano Rondon se destaca, "através de seus largos anos de experiência militar em Mato Grosso, na defesa das populações indígenas, baseado numa filosofia primitivista".

— Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI e Rondon se encontra na organização e direção da instituição. Pela primeira vez, foi instituído o respeito às populações indígenas, as suas crenças, ao seu modo de viver, sendo proibido o desmembramento da família indígena e dado ênfase à proteção dentro de seu território.

Porém a revolução de 1930, veio trazer a derrota do SPI, como explica Maria Fátima, "da do conceito que Rondon tinha dessa revolução e a sua consequente não participação". O SPI se transformou "numa repartição meramente burocrática nos ministérios, além de permanecer sujeito às manipulações derivadas dos diferentes interesses políticos. A partir de 1957 o órgão deixou de sofrer tais manobras políticas diretas dos partidos, para restar na direção militar".